

Por amor ao brinquedo: cotidiano e diversão na periferia do Recife.

Isabel Cristina Martins Guillen¹

Final dos anos vinte do século passado, início dos anos trinta, a cidade do Recife passa por intensas transformações urbanas. Apesar da cantilena que apregoa a crise econômica que atinge o mercado do açúcar, a cidade cresce, incha no dizer de alguns, exigindo reformas e infra-estrutura que suporte tal crescimento. De um lado, sobressai a ânsia pela modernidade que atinge a vida cotidiana dos mais abastados, daqueles que moram nos bairros centrais e que freqüentam teatros, cinemas e cafés no centro da cidade. De outro lado, as discussões e campanhas contra os mocambos dão uma visibilidade para os modos de morar dos mais pobres que revelam a miséria que circunda a cidade, que penetra em becos e ruelas. A zona norte da cidade, principalmente seus morros que se tornarão conhecidos como “Altos”, estava sendo ocupada freneticamente, uma vez que o centro da cidade não comportava mais novos moradores. Alto de Santa Izabel, Alto José do Pinho, Alto do Mandu, dentre outros, vão sendo ocupados por essa gama de trabalhadores pobres expulsos do centro, principalmente o bairro de São José, ao mesmo tempo em que a cidade assiste um intenso movimento migratório de trabalhadores rurais, também expulsos das usinas e engenhos.²

Nesse contexto, o Alto de Santa Izabel, situado próximo ao mercado de Casa Amarela, coração da zona norte do Recife, rapidamente foi povoado, principalmente por ter uma localização privilegiada. Ruas sem calçamento, casas de taipa e capim, raros postes de madeira a iluminar o bairro durante a noite. Na rua Carolina o Sr. Manuel Martins, trabalhador rural originário de Nazaré da Mata, construiu uma casa fixando residência para sua família. Aos poucos, outros parentes se mudaram para as redondezas, primos, tios, irmãos, constituindo uma rede de solidariedade que fazia a vida cotidiana suportável, propiciando em meio aos afazeres que proviam a vida material do grupo, uma série de práticas culturais que lhes permitiam ressignificar suas vidas no novo local.³ Assim, nessa mesma casa funcionava a sede do Maracatu Cambinda Estrela, fundado por Manuel

Martins, que D. Leinha, sua filha, faz questão de frisar com recorrência que tinha verdadeiro amor aos brinquedos.⁴ Além do maracatu, seu Manuel Martins também fazia cavalo marinho e principalmente o coco na época das festas juninas. Mais do que simplesmente brinquedos de pura diversão, essas manifestações culturais vão se constituir em pontos nodais dessas redes sociais, permitindo a recriação de práticas culturais típicas da zona da mata canavieira, transitando entre o mundo rural e o urbano, entre a cidade e os engenhos, criando outros sentidos e significados simbólicos, conforme podemos conferir no depoimento de D. Leinha a respeito de seu pai, o Sr. Manuel Martins.

Agora meu pai que gostava muito de brincadeira, esse negócio de diversão era com ele. A única coisa que ele não gostava era de dança. Dança ele não gostava não. Ele já teve cavalo marinho, botou cavalo marinho aí na frente... No interior é que tem, né, boi, né, esse negócio. Ele tinha boi, tinha cavalo, eu era garota ainda... e gostava de S. João, esse negócio de coco, de roda. Começa o coco na véspera de Santo Antônio, só ia terminar no sábado de Santana. Era coco toda semana, sábado pro domingo o coco aqui virava, toda semana, a noite todinha. E naquela época não tinha só o pandeiro tocando. Naquela época era o bombo mesmo, aquele bombo que é do maracatu... a noite todinha o bombo tocando. Quando dava quatro, quatro e meia, ia tudinho cantando, ia pra Bebinho tomar banho, no rio de Bebinho. Meu pai toda vida gostou de brincadeira, essas coisas.

Este trabalho objetiva discutir as práticas culturais do bairro Alto de Santa Izabel, que revelam modos de se apropriar da cidade bem como as artes de conviver, através do estabelecimento de parcerias com vizinhos e a constituição de redes sociais que permitem uma convivialidade e solidariedade vividas no cotidiano tanto do bairro como adjacências.

A rua Carolina, onde era a sede do maracatu, fica próxima também do local denominado Outeiro de Santa Izabel onde, de acordo com a memória de diversos moradores, funcionavam vários bordéis, e muitos se referem à região como violenta e perigosa. Em ruas transversais e paralelas funcionam muitos outros brinquedos além de outros maracatus: Maracatu Cambinda Nova, Maracatu Leão das Flores, Maracatu Pavão Dourado, Maracatu Som do Oriente. Todos estes maracatus são de orquestra,⁵ assim como

o Cambinda Estrela, e começavam a chamar a atenção dos intelectuais da cidade, principalmente os caboclos de lança e os tuchaus, figuras que até então não circulavam com freqüência pelas ruas centrais da cidade no período do carnaval.⁶

Além dos maracatus no Alto de Santa Izabel funcionavam muitos outros brinquedos, como cavalos marinhos, bois, presépios e pastoris, além de quadrilhas e festas de coco, sempre a depender do ciclo das festas populares (Natal e festas juninas, por exemplo) Acrescente-se a esse rol uns tantos terreiros de religiões afro-descendentes, como os Xangôs e Juremas. Concomitantemente ao crescimento da zona norte do Recife, assistiu-se nos anos de 1920 a uma intensa repressão desses brinquedos populares sob vários pretextos, mas que se destacava o desejo de disciplinar hábitos considerados incivilizados e que propiciariam a violência e a criminalidade.⁷ Desse modo, determinou-se que todos os divertimentos públicos deveriam requerer licença à polícia para poder funcionar. A polícia, diante dos requerimentos consultava tanto os arquivos criminais para saber se o requerente tinha antecedentes, como enviava ao local inspetores para saber se o brinquedo perturbava a ordem pública. As petições registradas na documentação da Repartição Central de Polícia pedem licença para funcionamento de uma grande diversidade de manifestações: barracas de prendas e tiro ao alvo, pastoris, fandangos, cavalo marinho, maracatus, bumba-meu-boi, cafés cantantes ou dançantes, etc.⁸

Compulsando as petições que requeriam licença à polícia para fazer funcionar diversos brinquedos pela capital, encontramos muitos outros divertimentos, além de maracatus. Constam nas petições requerimentos para funcionar café cantante e um Fandango, ambos situados na mesma Rua Carolina. O café cantante assim como um pastoril que pede para funcionar no Outeiro têm seus pedidos negados, pois os inspetores comunicam ao chefe de polícia que ambos perturbam a tranqüilidade pública. Nas proximidades de Casa Amarela, e do Alto de Santa Izabel, requerem ainda licença para funcionar na rua do Cajueiro, um bumba-meu-boi, cujo pedido também é negado a bem da tranqüilidade pública. Encontramos ainda um pedido para funcionar, na Estrada do

Bartolomeu, próximo a Casa Amarela, um cavalo marinho, brinquedo típico da zona da mata, confirmando que a região concentrava um grande número de migrantes rurais.⁹

Esses divertimentos populares podem ser entendidos como pontos nodais nas redes de solidariedade que se constituíam entre parentes e vizinhos, visível principalmente na organização, próximo ao natal, dos chamados presépios de crianças. A maior parte das petições que se referem à Casa Amarela são de presépios de crianças, instalados “em um fundo de quintal”, ou em palanques no meio da rua, conforme se recorda D. Leinha. Vale salientar que para os presépios de crianças o chefe de polícia concede as licenças de funcionamento sem cobrar taxas “por se tratar de diversão familiar”. Os presépios de crianças são “brinquedos de moças”, semelhantes aos pastoris que tanta perturbação trazia à ordem pública, em que nestes as pastoras e o velho com grande licenciosidade e jocosidade faziam a alegria da rapaziada.¹⁰

Em sua grande maioria esses brinquedos estavam relacionados aos terreiros de Xangô ou Jurema, que também sofriam intensa perseguição policial. Podemos ler nas páginas do matutino *Folha da Manhã*, em 1939, uma advertência à polícia para que agisse com mais rigor na região de Casa Amarela:

Mal grado a perseguição por parte da policia, os catimbozeiros e adeptos do baixo espiritismo, insistem na pratica condenável de exploração da crença dos mais desavisados. Segundo soube a reportagem, continuam esses catimbozeiros, já várias vezes, embrulhados com a policia a fazer sessões clandestinas, lá para Casa Amarella principalmente no Becco do Quiabo, Rua Santa Isabel e o reservatório. A patrulha do districto poderá pega-los em flagrante¹¹

O mesmo jornal noticiava que terreiros tinham sofrido intervenção policial, os “catimbozeiros” foram presos bem como seus pertences e material de culto recolhidos à delegacia:

Cumprindo as determinações do dr. João Roma, delegado de investigações e capturas, o investigador 180, esteve hontem, á tarde, na residência da catimbozeira Antonietta Ferreira da Silva em Casa Amarella, apprehendendo vários apetrechos de catimbó, 1

baralho de cartomancia e 24\$000 em dinheiro. Ainda, na casa 138, da rua Santa Isabel daquela arrabalde, o mesmo investigador prendeu os catimbozeiros Pedro Amaro Soares e Juvenal de Castro Ribeiro. Nessa casa, foram apreendidos quadros, ervas, velas, orações e muitas bruxarias, sendo tudo apresentado, de ordem do respectivo commissario Ildefonso Vasconcelos, ao delegado João Roma.¹²

O discurso da elite a respeito dos brinquedos da cultura popular, além de o considerarem práticas não civilizadas que precisavam ser extirpadas do corpo social da cidade, aventavam todo o tempo que as mesmas eram propícias a práticas violentas. No entanto, nas memórias do Sr. Zezinho, a imensa variedade de brinquedos de que participou não eram naturalmente propícios à violência, ao contrário, eram espaços de lazer e sociabilidade em que eventualmente ocorriam brigas. O sr. Zezinho é hoje um reconhecido e afamado pai de Santo que tem seu terreiro na mesma rua Carolina e que, desde “garotote”, como se refere, participou do Cambinda Estrela como caboclo de lança. Também é um afamado mestre de coco, dono de uma bela voz e prodigiosa memória em que guarda composições de antigos companheiros de desafios.¹³ Apesar da fama de que os maracatus rurais eram brinquedos violentos, que os caboclos não perdiam a chance de provar seu caráter aguerrido, o Sr Zezinho lembra-se de poucas brigas.

Aqui no Alto de Santa Isabel, no tempo que era o Outeiro, que era gafeira. Pronto, tinha um bumba meu boi de Antonio Torres, lá perto do terminal, o Garrote Novo, que quem cantava as toada do boi era uma velha e balançava o ganzá e cantava a noite todinha. Mãe de Estevão, que era o porta bandeira de Leão de Aldeia. (...) Agora, saía e não tinha um barulho. Todo mundo bebendo aguardente. O dono do bumba meu boi era Antonio Torres. Chegava pra aquele lado de Tercílio (do maracatu Cambinda Estrela) ali passava mais de duas horas batendo¹⁴

O que se destaca nas memórias do Sr. Zezinho é essa quantidade de pessoas que conheceu e que participavam de diversas brincadeiras, havia músicos que tocavam em maracatus, bois e cavalos-marinhos, havia desfilantes que saíam no carnaval nos maracatus e que eram nas festas juninas organizadores de quadrilhas ou participantes de rodas de

coco. O relato do Sr. Zezinho nos levanta pistas de que essa rede em que os brinquedos estão inseridos é extremamente complexa e diversificada, cada membro participando de muitas coisas, utilizando suas habilidades em muitas situações diferentes. Há uma intensa dinâmica social que contrasta com a idéia de que esses brinquedos são tradicionais, folclóricos. Ao mesmo tempo, essa rede se estende ao mundo rural, aos engenhos e cidades da zona da mata norte do Estado, Carpina, Nazaré da Mata, Vicência, dentre outras. No carnaval os maracatus de orquestra costumavam se apresentar nessas cidades do interior, demonstrando que sua vinculação com o mundo rural não teria se desfeito.

Desse modo, a partir da memória de antigos participantes do maracatu Cambinda Estrela, que foi fundado como um maracatu de orquestra e que “virou seu baque” muito provavelmente nos anos 1960, podemos discutir as práticas culturais e constituição de redes de sociabilidade que esses brinquedos propiciava e homens e mulheres não só suportar a vida cotidiana, mas simbolizar sua inserção no mundo. No entanto, suas práticas culturais sofreram intensa perseguição policial durante os anos de 1930 e 1940. Notadamente o maracatu de orquestra, considerado uma descaracterização do autêntico maracatu, o nação. Durante muitas décadas o maracatu rural sofreu discriminação por parte do poder público que regulamentava as atividades carnavalescas na cidade do Recife. Seja por estes motivos, ou mesmo por uma imposição da nova dinâmica social, muitos desses brinquedos deixaram aos poucos de “sair para as ruas”, quase desaparecendo completamente, a exemplo dos cavalos marinhos e fandangos. Foi exatamente no período em que viraram “autêntico” folclore pernambucano, tornando-se objeto de estudo de intelectuais exatamente por que se encontravam ameaçados de desaparecimento. Ao mesmo tempo é importante destacar que esses brincantes também participavam de outras manifestações, e a medida em que foram desaparecendo, migraram e fundaram outras. Tais práticas demonstram que a cultura popular não foi vivenciada com “complacência melancólica” mas ressignificada de acordo com as exigências das transformações que criavam novas práticas culturais.¹⁵

Quando seu pai transfere o maracatu para o Sr. Tercílio, D. Leinha deixou de desfilar no mesmo, mas não de participar de outras brincadeiras. Ainda no final dos anos trinta, participou da escola de samba Cuíca de Bambu, a primeira a ser fundada na cidade. Quando esta deixou de sair para as ruas, fez parte do grupo que fundou a escola de Samba Quatro de Outubro, cuja sede se localiza em uma rua próxima a sua casa. Dona Leinha até hoje costura para a escola e faz parte de sua diretoria.

D. Leinha se refere em sua entrevista a uma situação que merece ser pensada com mais vagar: quando era zeladora de uma escola ali no Alto mesmo, já nos anos 60 ou 70, conta que a diretora da escola organizava todo ano um Boi com os alunos. Aqui o brinquedo saiu do espaço cultural em que era feito pelos moradores do bairro, já se encontra “folclorizado”. O que significa “folclorizar”? Aquele brinquedo não tem mais a capacidade de conferir significados, não insere as práticas culturais num campo simbólico que lhes permitia pensar o mundo e suas relações. O boi é um brinquedo que no nível simbólico é perpassado por denúncias sociais e possibilidades de revolta, ainda que individual. Mas a figura do Mateus em sua jocosidade e irreverência tem um potencial subversivo da ordem simbólica que não se deve desprezar. A “folclorização”, e sua transformação em brinquedo significa talvez a capacidade de criação de homogeneidade em meio à diversidade, pois retira da brincadeira seu potencial de simbolizar a vida cotidiana.

A grita geral de que se está acabando com a autêntica cultura pernambucana apenas arranha a superfície do problema – que é a capacidade que as elites tem de retirar dos populares, ao estabelecer normas e “folclorizar” sua cultura, a capacidade de simbolizar o mundo. Mas não há nisso nenhuma constatação melancólica e enlutada pela morte da cultura popular. Afinal, as pessoas refazem suas práticas culturais cotidianamente, e a escola de samba nos anos 60 e 70, cumprem essa função. Enquanto os brinquedos tradicionais minguavam, e os maracatus passavam por sérias dificuldades, as Escolas de Samba conheceram seu auge, com a presença de cerca de 16 delas desfilando na passarela da Federação Carnavalesca. Em sua grande maioria, óbvio, localizadas na zona norte da cidade.¹⁶ Ainda no final dos anos 60 encontramos a presença dos pastoris profanos

em meio aos festejos natalinos no Sítio da Trindade.¹⁷ Nem todos os brinquedos desapareceram, e seus brincantes trataram de inventar outros.

¹ Departamento de História da UFPE

² Para uma história do Recife nos anos vinte e trinta ver: REZENDE, Antônio Paulo (*Des*)*Encantos Modernos. Histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife, Governo do Estado, Secretaria de Cultura/Fundarpe, 1997; LIRA, José Tavares Correia de *Mocambo e cidade: regionalismo na arquitetura e ordenação do espaço habitado*. São Paulo, Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo ECA/USP, 1996. Para uma visão geral do período ver: LEVINE, Robert M. *A velha usina. Pernambuco na federação brasileira. 1889-1937*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980

³ Sobre a vida cotidiana no bairro ver: CERTEAU, Michel *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, Vozes, 2003, vol. 2, especialmente o capítulo I *O Bairro*, escrito por Pierre Mayol.

⁴ Entrevista concedida em 10/02/2005

⁵ Existem dois tipos de maracatus na cidade do Recife. Os maracatus-nação, que são constituídos por um cortejo real, em que se sobressaem rei e rainha, e um conjunto musical de percussão. Estes são os grandes maracatus originários das coroações de reis do Congo, descritos por Pereira da Costa e Guerra Peixe, por exemplo. Os grupos que mais se destacaram foram o Elefante, o Leão Coroado, o Dois de Ouro, dentre outros. Nos anos de 1930 e 1940 algumas figuras de maracatu começam a chamar atenção de observadores mais atentos às manifestações da cultura popular, como o pintor Lula Cardoso Aires, que fotografou os indecifráveis tuchaus. São eles os famosos caboclos dos maracatus que hoje denominamos de orquestra ou “rural”. A grande diferença com o maracatu nação está na formação do conjunto musical, composto de uma orquestra de cordas e de um terno. Esses maracatus ganham visibilidade pela cidade nesse período, mas foram confundidos com os seus congêneres, e muita confusão houve na caracterização dessas manifestações, até o momento em que o maestro Guerra Peixe estabeleceu as principais diferenças entre ambos, principalmente do ponto de vista musical. Tais maracatus provavelmente surgiram na cidade em decorrência dessa migração da zona da mata canaveira para a periferia do Recife, conforme nos referimos acima. Ver: PEIXE, Cezar Guerra *Maracatus do Recife*. São Paulo, Irmãos Vitale, 1981.

⁶ Ver: Os indecifráveis tuchaus. *Contraponto*, Recife, março de 1947.

⁷ Sobre divertimentos públicos no Recife ver: COUCEIRO, Sylvia Costa. *Artes de viver a cidade. Conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920*. Recife, Doutorado em História da UFPE, 2003.

⁸ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Repartição Central de Polícia (RCP). Ver, dentre outros, volumes referentes a Seção de Teatro e Diversões Públicas. Agradeço às alunas de iniciação científica que participam do projeto *No ressoar dos tambores. Práticas e representações em torno do maracatus nação (1920-1960)* Débora Callender, Pollyana Maria da Silva e Bartyra Queiroz de Souza pelo levantamento documental.

⁹ APEJE – RCP, 5ª. Delegacia da Capital, jan-dez 1928, vol. 568 (Café Cantante e Fandango); Petições, agosto de 1927, vol 1048 (Pastoril); 5ª. Delegacia da Capital, jan-dez 1928, vol. 569 (cavalo marinho); Petições, agosto de 1927, vol. 1048; Petições de 1927, vol. 1165 (bumba-meu-boi).

¹⁰ Sobre os pastoris ver: ARRAIS, Raimundo. Recife, culturas e confrontos. As camadas urbanas na campanha salvacionista de 1911. Natal, Ed. UFRN, 1998; MELLO, Luiz Gonzaga de; PEREIRA, Alba Regina Mendonça. *O pastoril profano de Pernambuco*. Recife, Massangana, 1990.

¹¹ Folha da Manhã, Matutino, 2 de dezembro de 1939, p.7

¹² Folha da Manhã, Matutino 27 de janeiro de 1939, p.12.

¹³ Entrevista com o Sr. José Amaro de Souza Filho (Zezinho de João Vieira) realizada em 24/04/2005.

¹⁴ Idem

¹⁵ CANCLINI Nestor Garcia. *Culturas Híbridas*. São Paulo, Edusp, 1998.

¹⁶ É interessante observar que não há nenhum estudo sobre as Escolas de Samba no Recife, apesar de terem surgido no final dos anos 30, como a Cuíca de Bambu, da qual D. Leinha fez parte depois de deixar de desfilar no Cambinda Estrela. Sobre a quantidade de Escolas de Samba em Recife ver: Galeria do Ritmo no carnaval local *Correio de Casa Amarela*, Ano I, n. 05, 24/02/1968, p. 01.

¹⁷ MOREIRA, Laércio. Problemas do bairro. *Correio de Casa Amarela*, Ano II, n. 09, 31/12/1968, p. 07